

**TCE-SP****Tribunal de Contas**
do Estado de São Paulo**Unidade Regional de Sorocaba - UR-09**

Processo : TC-003207.989.20-3

Entidade : Prefeitura Municipal de Cerquilha

Assunto : Contas Anuais

Exercício : 2020

Prefeito : Sr. Aldomir José Sanson

CPF nº : 249.145.178-68

Período : 01/01/2020 a 31/12/2020

Relatoria : Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Instrução : UR-09 - Sorocaba / DSF-II

Senhora Chefe Técnica da Fiscalização da Seção UR-9.1,

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Aldomir José Sanson, responsável pelas contas em exame e atual Prefeito (Documento 1).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do Município:

DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADO	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (27/07/2021)	49.802 habitantes	2020
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audep (27/07/2021)	R\$ 185.869.735,13	2020
RCL	Sistema Audep (27/07/2021)	R\$ 159.449.140,96	2020

Informamos que o Município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):



EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	B	B	B
i-Planejamento	B	B+	B
i-Fiscal	B+	B+	B
i-Educ	B+	C+	C+
i-Saúde	B	B+	C+
i-Amb	A	B	C
i-Cidade	B+	C+	C
i-Gov-TI	C+	A	A

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **PARECERES** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2019	004859.989.19-6	Favorável com recomendações e determinação ¹
2018	004518.989.18-1	Favorável com determinações ²
2017	006761.989.16-9	Favorável com recomendações e determinação ³

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;

¹ Decisão com Trânsito em Julgado em 16/04/2021.

² Decisão com Trânsito em Julgado em 20/07/2020.

³ Decisão com Trânsito em Julgado em 15/05/2019.



7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas do e. Tribunal de Contas do Estado;

8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

A Prefeitura Municipal denota boa ordem, considerando que obteve, nos três últimos exercícios apreciados, **PARECERES FAVORÁVEIS**, à [vista dos resultados consignados no quadro abaixo:

ITENS	EXERCÍCIOS		
	2017	2018	2019
Aplicação na Educação - art. 212, Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	30,29%	27,98%	26,41%
FUNDEB aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	99,70%	97,14%	98,14%
Recursos FUNDEB aplicados no exercício (incluindo diferimento de até 5%)	100%	100%	100%
Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	32,04%	30,09%	30,66%
Execução Orçamentária – Prefeitura	2,82%	-0,78%	2,07%
Gerenciamento de Precatórios em ordem?	Sim	Sim	Sim
Recolhimentos previdenciários em ordem?	Sim	Sim	Sim
Regularidade nos repasses ao Legislativo?	Sim	Sim	Sim
Despesas com Pessoal (Limite máximo de 54%)	50,45%	47,99%	47,21%

O conjunto de informações acima transcritas⁴, bem como o volume das receitas arrecadadas pela Prefeitura Municipal, permitiram optar, com amparo no regramento previsto no art. 7º da Resolução nº 04/2017, pela realização de um procedimento fiscalizatório seletivo.

Com base no permissivo previsto no TC-A-039686/026/15, apresentam-se os resultados considerados essenciais para emissão do parecer, assim como outros detectados no transcorrer da fiscalização remota, os quais seguem transcritos neste relatório.

Os resultados das fiscalizações efetuadas de forma remota apresentam-se nos relatórios quadrimestrais e no presente (fechamento do exercício), antecédidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nºs 17.10 e 35.12 destes autos. Estes foram submetidos à Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem

⁴ Os resultados são aqueles obtidos dos pareceres e, caso tenha ocorrido alterações, nos eventuais pedidos de reexames.



a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Foi autuado o processo TC-014693.989.20-4, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia. Tal acompanhamento foi realizado com base em informações prestadas pela Origem, por meio de questionários mensais, e ações próprias da Fiscalização, considerando os princípios da amostragem, relevância e materialidade, cujas ocorrências são tratadas em itens próprios do presente relatório.

No caso, o presente Município decretou estado de emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (Documento 5).

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

Muito embora o sistema esteja regulamentado, os relatórios apresentados são meramente informativos, não contendo apontamentos advindos de um efetivo acompanhamento das políticas públicas implantadas, consoante exemplo juntado nestes autos (Documento 6).

A despeito da encimada falha, vislumbramos um acompanhamento, embora não devidamente formalizado, dos atos e despesas relacionadas à pandemia da Covid-19 (Documento 7).



Salientamos, ainda, o fato de o responsável pelo Controle Interno exercer cumulativamente o cargo comissionado de Secretário de Obras, Viação e Serviços (agente político), ocasionando eventual conflito de interesses. Além disso, citadas funções possuem escopos diversos, em potencial prejuízo ao princípio da eficiência.

Dessa forma, resta parcialmente descumprido o disposto no artigo 66 das Instruções TCE-SP nº 1/2020, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim ao parágrafo único do artigo 54 e ao artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao parágrafo único do artigo 38 da Lei Orgânica desta Corte.

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice B

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Em face do contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue:

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou *superávit*.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 153.261.022,45	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 142.815.909,80	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 2.950.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 876.497,05	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 8.371.609,70	5,46%

B.1.1.2. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

B.1.1.2.1. DOS PROGRAMAS/AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Segundo informações prestadas pela Origem, não houve criação, aperfeiçoamento e/ou ampliação de programas/ações governamentais, destinados ao enfrentamento da Covid-19.

B.1.1.2.2. DAS RECEITAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.1.1.2.3. DAS DESPESAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.1.1.2.4. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.



B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 15.360.540,27	R\$ 6.966.199,57	120,50%
Econômico	R\$ 17.659.488,52	R\$ 8.530.535,94	107,01%
Patrimonial	R\$ 100.928.246,71	R\$ 86.503.139,14	16,68%

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um *superávit* financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	1.777.593,82	-	
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos			
De Contribuições Sociais	-	-	
Previdenciárias			
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	1.777.593,82	-	
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	1.777.593,82	-	

O aumento da dívida de longo prazo se deu em virtude do registro de precatórios judiciais a pagar.



B.1.5. PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Município está enquadrado no Regime Ordinário.

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$ 2.562.316,60
Valor cancelado	R\$ -
Valor pago	R\$ 784.722,78
Ajustes da Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame*	R\$ 1.777.593,82

*Dívida não vencida no exercício em exame.

(Documento 8)

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Sim
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Prejudicado ⁵
03	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado ⁶

Os requisitórios de baixa monta são os abaixo informados
(Documento 9):

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 120.388,77
Valor cancelado	R\$ -
Valor pago	R\$ 120.388,77
Ajustes efetuados pela Fiscalização	R\$ -
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ -

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requisitórios de baixa monta?	Prejudicado ⁷
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requisitórios de baixa monta?	Sim
03	Houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício?	Sim

⁵ Trata-se de Município enquadrado no Regime Ordinário de pagamento de precatórios.

⁶ Não identificamos acordos firmados direto com os credores.

⁷ Não apuramos dívida com Requisitórios de Baixa Monta ao final do exercício.



B.1.5.1. PRECATÓRIOS A RECEBER

Verificamos a extinção do precatório relativo ao Processo DEPRE nº 7002289-63.2005.8.26.0500, em que a Prefeitura Municipal de Cerquilha figurava como credora da Fazenda do Estado de São Paulo.

Salientamos, no entanto, a falta de controle do Executivo Municipal quanto à percepção de eventuais créditos, vez que, consoante informação ora prestada (Documento 10), os valores referentes ao aludido processo foram recebidos pela Prefeitura em 2013.

B.1.6. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Sim
4	PASEP:	Sim

Destacamos que o Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Cerquilha – Fapem, cujas contas estão abrigadas no TC-004844.989.20-2.

O Município dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária (Documento 11).

B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

A Prefeitura não possui parcelamento ou reparcimento de débitos previdenciários junto ao INSS e ao RPPS.

B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

A Prefeitura não possui parcelamentos de FGTS/PASEP.

**TCE-SP**Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-09



B.1.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do art. 29-A, da Constituição Federal (2,06%).

B.1.8. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 71.025.646,83, o que representa um percentual de 44,54%.

Anotamos, entretanto, a existência de contratações de profissionais autônomos da área da Saúde, cujas respectivas despesas foram realizadas no elemento 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, no valor total de R\$ 390.551,60 (Documento 12). Dessa forma, com o cômputo de tal valor, a despesa de pessoal do Órgão resulta em R\$ 71.416.198,43, o que representa um percentual de 44,79%.

Ressaltamos que referida maneira de contratação configura desatendimento ao disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal. Observamos, ainda, tratar-se de prática reincidente, conforme verificado na análise das Contas da Prefeitura Municipal em exercícios anteriores (TC-006761.989.16-9; TC-004518.989.18-1 e TC-004859.989.19-6).

Além disso, a ausência de contabilização dos respectivos valores como “Outras Despesas de Pessoal”, em desatendimento ao estabelecido no § 1º do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, prejudica a apuração dos gastos efetivamente despendidos pelo Órgão e do atendimento aos limites legalmente impostos.

**B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	1471	1524	917	992	554	532
Em comissão	119	121	97	94	22	27
Total	1590	1645	1014	1086	576	559
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	712		333		129	

(Quadro de pessoal anexo – Documento 13)

No exercício examinado foram nomeados dez servidores para cargos em comissão (Documento 14).

Verificamos, entretanto, a inexistência de descrição legal das atribuições para os referidos cargos comissionados.

A ausência de previsão das atividades a serem realizadas, aliada aos requisitos de escolaridade definidos em legislação local (excertos ora anexados – Documento 15)⁸, muitas vezes vinculados à mera comprovação de experiência no setor ou formação em nível médio, evidenciam a ausência de responsabilidade extraordinária e necessidade de confiança, podendo ser prestadas por servidor efetivo da Municipalidade. Observando, de todo modo, a real necessidade de provimento de referido cargo no Executivo em tela.

Assim, entendemos que os cargos abaixo especificados não possuem as características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da Constituição Federal):

Cargo	Atribuições definidas	Requisitos	Documento 15 (fls.)
Coordenador da Cozinha Piloto	Não	Experiência na área	7
Coordenador de Esportes	Não	Experiência na área	7
Coordenador de Turismo	Não	Ensino médio completo e experiência na área	8
Coordenador no Serviço Residencial Terapêutico	Não	Ensino médio completo e experiência na área	2
Diretor de Planejamento	Não	Ensino superior e experiência na área	8
Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária	Não	Ensino superior e experiência na área	2

⁸ Lei Complementar nº 03, de 23 de dezembro de 1992; Lei Municipal nº 2.207, de 16 de junho de 1999 e Lei Complementar nº 34, de 12 de junho de 1998.



Nesse sentido, reiterados pronunciamentos desta E. Corte de Contas⁹ vêm indicando que os cargos em comissão devem ser utilizados em posições estratégicas e imprescindíveis para potencializar e elevar o nível da gestão pública. Sendo assim, o simples fato de constar na nomenclatura os termos “Chefe”, “Diretor” ou “Assessor” não legitima os cargos, que devem ter suas atribuições compatíveis com chefia, direção ou assessoramento, o que não verificamos nos casos em tela.

B.1.9.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

A Fiscalização analisou, por amostragem, as admissões de pessoal por tempo determinado efetuadas no exercício quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, detectando a seguinte falha:

- Detectamos ausência de excepcionalidade e transitoriedade inerentes às contratações temporárias de professores, em potencial desatendimento ao artigo 2º da Lei Municipal nº 1.365, de 21 de junho de 1989, alterada pelas Leis Municipais nº 2.495, de 16 de abril de 2003 e 3.362, de 04 de agosto de 2020 (Documento 16).

Nesse sentido, salientamos a apresentação de justificativas genéricas (Documento 17) e inexistência de comprovação da necessidade das 321 contratações por tempo determinado de professores efetivadas em 2020 (Documento 18).

Aludida prática revela-se costumeira, demonstrando a necessidade permanente dos referidos profissionais e o insuficiente provimento de cargos públicos para respectiva a área, conforme quadro a seguir (Documento 19):

Exercício	TC	Contratações por Tempo Determinado - Educação
2019	-	546
2018	025483.989.19-0	472
2017	025113.989.18-0	504

⁹ TC-003442/026/07; TC-003397/026/07; TC-000247/026/08; TC-000364/026/08 e TC-000378/026/08.

**TCESP**Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-09



Ressaltamos, outrossim, os percentuais de contratações de professores temporários: em Creches (16,08%), na Pré-Escola (34,78%), nos Anos Iniciais (35,33%) e nos Anos Finais do Ensino Fundamental (39,58%), conforme apurado no IEG-M (questões nºs 1.6, 2.5, 3.4 e 4.4 do I-Educ), o que pode comprometer o atingimento de metas e bons resultados nestas áreas.

B.1.10. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	SECRETÁRIOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado para a legislatura (Lei Municipal nº 3.203, de 22 de agosto de 2016)*	R\$ 7.773,64	R\$ 2.494,01	R\$ 19.434,14
6,8% = RGA 2019 em 1/5/2019 – Lei Municipal nº 3.317, de 17 de abril de 2019	R\$ 8.824,46	R\$ 2.831,14	R\$ 22.061,20

* Exercício da última fixação de subsídio aos agentes políticos.

** Efetivada sobre R\$ 8.262,60 (Secretário), R\$ 2.650,88 (Vice-Prefeito) e R\$ 20.656,55 (Prefeito) – ano de 2018.

Verificações		
1	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V da Constituição Federal?	Sim
2	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado*
3	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado*
4	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
5	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Sim

* Não houve revisão geral anual em 2020. Referida ausência não deriva de decisão judicial.

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

B.1.11. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.11.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.11.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

O quadro a seguir, consoante apurado pelo Sistema Audep, demonstra a apuração do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

**TCESP**Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-09



Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:		2020
Disponibilidade Financeira em 30.04		R\$ 19.004.699,73
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04		R\$ 7.139,82
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04		R\$ 1.836.909,91
(-) Valores Restituíveis		R\$ 174.605,60
Liquidez em 30.04		R\$ 16.986.044,40
Disponibilidade Financeira em 31.12		R\$ 20.658.756,79
(-) Saldo de Restos a Pagar em 31.12		R\$ 8.198,83
(-) Cancelamentos de Empenhos Liquidados		R\$ -
(-) Cancelamentos de Restos a Pagar Processados		R\$ -
(-) Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo		R\$ -
(-) Valores Restituíveis		R\$ 64.260,00
Liquidez em 31.12		R\$ 20.586.297,96

Apuração a partir de informações fornecidas pela Origem ao Sistema Audesp.

B.1.11.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No exercício em análise o Município não realizou operação de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária - ARO.

B.1.11.1.3. DESPESA DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DO MANDATO

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:				2020
Mês	Despesas de Pessoal	Receita Corrente Líquida	%	Parâmetro
06	R\$ 71.101.250,06	R\$ 151.920.286,31	46,8017%	46,8017%
07	R\$ 70.737.591,73	R\$ 152.056.074,49	46,5207%	
08	R\$ 70.239.719,70	R\$ 154.528.796,54	45,4541%	
09	R\$ 69.748.668,91	R\$ 159.440.341,57	43,7459%	
10	R\$ 69.326.535,54	R\$ 159.365.524,94	43,5016%	
11	R\$ 73.363.091,10	R\$ 160.398.207,17	45,7381%	
12	R\$ 71.025.646,83	R\$ 159.449.140,96	44,5444%	
Diminuição das despesas nos últimos 180 dias do mandato em:				2,26%

Conforme apurado no quadro anterior (última linha) não houve aumento da taxa da despesa de pessoal, restando por isso atendido o art. 21, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**TCESP**Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-09

**B.1.11.2. LEI ELEITORAL (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)****B.1.11.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS**

A partir de 07 de abril, as alterações remuneratórias se limitaram à inflação do período cumprindo-se o art. 73, VIII, da Lei Eleitoral.

B.1.11.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A partir de 15 de agosto, o Município não empenhou gastos de publicidade vedados pelo art. 73, VI, “b” da Lei Eleitoral.

Ainda, até 15 de agosto de 2020, os gastos liquidados de publicidade institucional (Documento 20) não superaram a média dos dois primeiros quadrimestres dos três últimos exercícios financeiros (2017 a 2019), observando o inciso VII, do § 3º, do art. 1º, da Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020, conforme demonstrado:

Publicidade em ano eleitoral				
Períodos:	1º e 2º quadr./2017	1º e 2º quadr./2018	1º e 2º quadr./2019	até 15/08/2020
Despesas:	R\$ 24.412,00	R\$ 16.928,58	R\$ 32.181,85	R\$ 2.835,00
Média apurada dos períodos dos exercícios anteriores				R\$ 24.507,48

B.1.11.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No exercício em análise, a Prefeitura criou novo programa de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

Identificamos a criação de programa de fornecimento de transporte coletivo urbano gratuito no Município pela Lei Complementar nº 319, de 21 de julho de 2020, em potencial desatendimento ao disposto no § 10 do art. 73 da Lei Eleitoral.

Observamos, ainda, a despeito da aparente ausência de relação com o enfrentamento à Covid-19, que a justificativa para a aprovação da referida Lei foi embasada no estado de emergência decretado no Município e nos efeitos econômicos da pandemia sobre a população (Documento 21).

**B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice B**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

PERSPECTIVA C: ENSINO**C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audesp e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	25,39%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	25,01%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	25,00%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	99,21%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	99,21%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	99,21%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	99,21%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	99,21%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	99,21%

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga cumpriu o art. 212 da Constituição Federal.

No exercício em exame, foi observado o percentual mínimo de 95% de aplicação dos recursos do FUNDEB recebido, sendo que, por meio de conta bancária vinculada, constatamos a utilização da parcela diferida no 1º trimestre do exercício corrente, atendendo-se ao § 2º do art. 21 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Demais disso, verificamos que houve aplicação superior ao mínimo de 60% do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos do magistério incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

Conforme informado pela Origem, as aulas presenciais, incluindo o ensino infantil (creche e pré-escola) e fundamental (anos iniciais e finais), foram suspensas ao longo do exercício, restando prejudicada a aferição do atendimento à demanda de vagas.

Além disso, ressaltamos que não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

C.1.1 GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - EDUCAÇÃO

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice C+

Considerando as respostas ofertadas pela Origem nessa dimensão do IEG-M, destacamos as seguintes, por denotarem falhas que prejudicam a efetividade da política pública em exame:

- Nenhum estabelecimento de Creche possuía sala de aleitamento materno e local para acondicionamento do mesmo, contrariando o estabelecido nos itens 2.29 e 9.2.3 da Portaria nº 321 do Ministério da Saúde, de 26 de maio de 1988, o art. 9º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o art. 1º da Lei Estadual nº 16.047, de 4 de dezembro de 2015 (questão nº 1.1 do I-Educ);
- Nos estabelecimentos de Creche e Pré-escola, não havia cronograma de manutenção preventiva/troca dos brinquedos dos pátios infantis (realização somente por solicitação), tampouco a higienização dos brinquedos/materiais pedagógicos era realizada diariamente (questões nºs 1.3, 1.4.1.1, 2.2 e 2.3.1.1 do I-Educ);



TCE-SP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-09



- A Rede Escolar Municipal possuía salas de Creche com menos de 30 m² por 13 alunos, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 5 de maio de 2010, que estipula em seu art. 4.3.1., as características dos prédios para abrigar a oferta de Creche (questão nº 1.5 do I-Educ);
- A Prefeitura Municipal possuía mais de 10% do quadro de professores de Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 9, de 2 de abril de 2009, e pela estratégia 18.1 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação - PNE - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (questões nºs 1.6, 2.5, 3.4 e 4.4 do I-Educ);
- Nenhum dos estabelecimentos que ofereciam Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental possuíam Projeto Político Pedagógico atualizado. A criação e atualização do Projeto Político Pedagógico é incumbência dos estabelecimentos de ensino, como estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 12 (questões nºs 2.13, 3.14 e 4.14 do I-Educ);
- Menos de 50% dos estabelecimentos de Pré-Escola e nenhum do Ensino Fundamental possuíam turmas em tempo integral, em desatendimento à meta 6 do Plano Nacional de Educação - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (questões nºs 2.23, 3.34 e 4.33 do I-Educ);
- Nem todas as metas traçadas visando à melhoria dos resultados nos projetos de recuperação ou reforço escolar foram atingidas. Este assunto é tratado nos incisos V do artigo 12 e IV do artigo 13 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (questão nº 3.30.2.1);
- A Prefeitura possuía veículos da frota escolar com mais de 10 anos de fabricação, contrariando recomendação do Guia de Transporte Escolar elaborado pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (questão nº 4.22.1.2 do I-Educ);
- Nem todas as escolas estavam adaptadas para receber crianças com deficiência, em desacordo com o art. 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (questão nº 5 do I-Educ);
- Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2020, conforme estipula o Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 (questão nº 5 do I-Educ);

**TCESP**Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-09



- Havia unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2020 e nem todas as Escolas da Rede Municipal possuíam biblioteca ou sala de leitura, assunto abordado na Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010 (questão nº 5 do I-Educ);
- A Prefeitura Municipal não possuía o número de nutricionistas recomendado no artigo 10 da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas - CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010 (questões nºs 9.1 e 9.2 do I-Educ);
- A Prefeitura Municipal não possuía, no acondicionamento de alimentos, luminárias protegidas, ralos sifonados e controles de umidade do ar, bem como havia sinais de deterioração nos estoques, em desatendimento ao disposto na Resolução RDC da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA nº 216, de 15 de setembro de 2004, na Portaria Estadual do Centro de Vigilância Sanitária - CVS nº 5, de 09 de abril de 2013, e no Manual de Boas Práticas (maio/2010) do Departamento de Suprimento Escolar – Equipe Técnica da Secretaria de Estado da Educação – SEE/SP (questão nº 14.1 do I-Educ).

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	32,82%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	32,79%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	32,79%

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.



D.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - SAÚDE

D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no Município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística acumulada até o mês de dezembro do exercício em análise (Documento 22):

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	5.093
Número de casos em análise da Covid-19	14
Número de casos descartados da Covid-19	3.583
Número de casos confirmados da Covid-19	1.510
Número de casos recuperados da Covid-19	1.370
Número de óbitos confirmados de Covid-19	27
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	0
Número de óbitos descartados de Covid-19	20
Número de leitos na enfermaria existentes	16
Número de leitos na enfermaria ocupados	7
Número de leitos na UTI existentes	0
Número de leitos na UTI ocupados	0

D.1.1.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, constatou-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	
Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Houve participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise?	Não
A Administração realizou divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foi elaborado plano municipal de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foram criados instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.



D.1.1.3. HOSPITAIS DE CAMPANHA

O Município não implantou hospital de campanha no exercício em exame.

D.1.1.4. EQUIPAMENTOS RECEBIDOS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou que o Município recebeu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19, cuja análise, sob amostragem, não constatou irregularidades.

D.1.1.5. AQUISIÇÕES, CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou o seguinte:

Descrição	
A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/2020, para enfrentamento da Covid-19?	Não
A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona), para enfrentamento da Covid-19?	Não

Das contratações realizadas, sob amostragem, constatamos o descrito nos itens seguintes.

D.1.1.5.1. DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS

Informamos que o Município adquiriu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Quanto às aquisições, em geral, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.



D.1.1.5.2. DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS

Sob amostragem, constatamos que houve contratação de serviços para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

Quanto às contratações de serviços, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

D.1.1.5.3. DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTRATADOS

Informamos que o Município não contratou obras e/ou serviços de engenharia para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR

D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS

Informamos que o Município efetuou repasses às entidades do terceiro setor para enfrentamento da pandemia causada pelo Covid-19.

Informamos que foi autuado o processo seguinte para específico tratamento do repasse:

Conveniente	Prefeitura Municipal de Cerquilha	
Objeto	Prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais pela Santa Casa de Misericórdia de Cerquilha, com contraprestação pecuniária suplementar, para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.	
Valor	R\$ 1.479.690,00	
Fonte de Recursos	Federal e Municipal	
Relator	Conselheiro Renato Martins Costa	
Processo nº	TC-015670.989.20-1	Convênio
Conclusão da Fiscalização	Regularidade	
Decisão	Regularidade com recomendação	
Publicação DOE	23/02/2021	
Trânsito em julgado	16/03/2021	



D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice C+

Considerando as respostas ofertadas pela Origem nessa dimensão do IEG-M, destacamos as seguintes, por denotarem potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados:

- A aprovação do Plano Municipal de Saúde 2018-2021 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após a aprovação do PPA 2018-2021 (questão nº 1 do I-Saúde);
- Nenhuma das unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, em desatendimento ao Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 (questão nº 10 do I-Saúde);
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuíam alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, conforme Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 (questão nº 11 do I-Saúde);
- Havia unidades de saúde que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2020 (questão 12 do I-Saúde);
- Inexistência de Plano de Cargos e Salários para os profissionais de Saúde, conforme recomenda o inciso VI do art. 4º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (questões nºs 14 e 14.1 do I-Saúde);
- A Prefeitura Municipal realizou menos de dois exames de pré-natal em gestantes no ano de 2020, contrariando o Quadro 2 - Parâmetros Assistenciais da Rede Cegonha para todas as gestantes, estabelecido pela Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 1, de 28 de setembro de 2017 (questão nº 18 do I-Saúde);
- Não havia disponibilização do serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs de forma não presencial, cujo objetivo é dar mais praticidade aos pacientes e evitar os longos tempos de espera para agendamentos (questão nº 20 do I-Saúde);
- Os agendamentos das consultas não respeitavam o intervalo mínimo de 15 minutos entre uma consulta e outra (questão nº 21 do I-Saúde);
- O Município não atingiu a meta de cobertura de todas as vacinas para crianças menores de dois anos, contrariando o estipulado no Quadro 1 do Programa Nacional de Imunizações (PNI) - Coberturas vacinais no Brasil (questão nº 28 do I-Saúde);



TCE-SP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-09



- O sistema informatizado de regulação utilizado pelo Município não permitia conhecer a lista de espera (relação nominal de pacientes com tempo de espera) dos serviços sob gestão municipal (consultas, tratamentos, terapias, exames, internações, medicamentos, OPM, entre outros), contrariando o item B do inciso VI e o inciso IX do Anexo I da Deliberação do Comitê Intergestores Bipartite - CIB nº 6, de 08 de fevereiro de 2012, e o inciso II do artigo 2º e o inciso XII do artigo 4º da Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde, constante no Anexo XXVI da Portaria de Consolidação nº 2 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017 (questão nº 38.2 do I-Saúde);
- Existência de medicamentos com desabastecimento superior a um mês, contrariando o artigo 98 do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº 2 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017 (questão nº 46 do I-Saúde).

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C

Dentre as respostas ofertadas pela Prefeitura, devidamente validadas pela fiscalização, destacamos as seguintes, por denotarem potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados:

- A Prefeitura Municipal realizava poda/manutenção das árvores somente por solicitação. A poda é um dos principais instrumentos utilizados para compatibilizar a estrutura do vegetal ao convívio humano urbano. Quando feita inadequada e sem periodicidade, pode trazer desequilíbrios ao seu desenvolvimento e ocasionar acidentes (questão nº 6.2 do I-Amb);
- Não havia um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez, bem como, inexistiam ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem. Tais assuntos são abordados pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de (questões nºs 7 e 8 do I-Amb);
- Nem todas as metas do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) foram cumpridas dentro do prazo. Esse assunto é abordado nos artigos 6º e 13 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 (questão nº 14.2.3 do I-Amb).



PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice C

Das respostas ofertadas pela Prefeitura, devidamente validadas pela fiscalização, destacamos as seguintes, por denotarem a fragilidade da estrutura municipal no setor correspondente:

- O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil realizou menos de três reuniões no ano de 2020, o que dificultou a discussão, propositura, acompanhamento e fiscalização das ações da política municipal de proteção e defesa civil (questão nº 1.3.2 do I-Cidade);
- A Prefeitura Municipal não promoveu a capacitação/treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (questão nº 2.2 do I-Cidade);
- Não foram realizadas ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias. É responsabilidade municipal estimular a participação de toda a comunidade nas ações de defesa civil, conforme disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (questão nº 2.3 do I-Cidade);
- O município não dispunha de sinal, dispositivo ou sistema de alarme para desastres com o objetivo de avisar a população durante a ocorrência do evento, contrariando o disposto no inciso IX do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (questão nº 5.4 do I-Cidade);
- Não existia um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres, o que dificultava o atendimento das diretrizes da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (questão nº 6 do I-Cidade);
- A Prefeitura Municipal não possuía um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, contrariando o disposto no art. 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (questão nº 7 do I-Cidade);

**TCE-SP****Tribunal de Contas**
do Estado de São Paulo**Unidade Regional de Sorocaba - UR-09**

- Nem todo calçamento público possuía acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, contrariando o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e os artigos 46 e 53 da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (questão nº 12 do I-Cidade);
- Nem todas as vias públicas pavimentadas estavam devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação, contrariando o disposto no artigo 88 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (questão nº 13.1 do I-Cidade);
- Nem todas as vias públicas no Município tinham manutenção adequada, contrariando as normas do Manual de Pavimentação e Manual de Restauração Pavimentos Asfálticos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (questão nº 13.2 do I-Cidade).

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19.

Ao final do exercício, foi constatado o seguinte:



DESCRIÇÃO	
Existe no portal de transparência ou no sítio da Prefeitura <i>link</i> ou atalho para o acompanhamento de despesas exclusivas para enfrentamento à pandemia de Covid-19?	Sim
Os dados com as RECEITAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais receitas do Município?	Sim
As RECEITAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado AudeSP nº 28/2020?	Sim
Os dados com as DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais despesas municipais?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informadas em tempo real, conforme legislação pertinente?	Sim
As DESPESAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado AudeSP nº 28/2020?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram detalhadas com os elementos, conforme Comunicado SDG nº 18/2020?	Sim

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da Fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema AudeSP.

G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice A

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODSs

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o município poderá não atingir as seguintes metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODSs (Documento 23):

**TCESP**Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-09

**PERSPECTIVA C: ENSINO**

ODS: Metas 4.1, 4.2 e 4.a

PERSPECTIVA D: SAÚDE

ODS: Metas 3.8 e 3.c

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

ODS: Metas 6.1, 6.4, 11.6 e 12.5

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

ODS: Metas 11.5, 11.7 e 11.b

H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Estão referenciados ao presente processo de contas anuais, os seguintes protocolados:

1	Número:	TC-017042.989.20-2
	Interessado:	JB Light Brasil Eireli
	Objeto:	Representação contra decisão do pregoeiro de não conceder prazo para interposição de recurso
	Procedência:	Em análise à ata da sessão pública, observamos que a rejeição do pedido de recurso formulado se deu em virtude da inadequação do meio utilizado e da ausência de plausibilidade dos motivos apresentados, de forma que não constatamos irregularidades passíveis de apontamentos, consoante Jurisprudência desta E. Corte ¹⁰ .
2	Número:	TC-022583.989.20-7
	Interessado:	Aldomir José Sanson
	Objeto:	Encaminha declaração de regularidade aos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, despesa total com pessoal e inscrição em restos a pagar.
	Procedência:	Subsidiou o item B.1.8. Análise dos limites e condições da lei de responsabilidade fiscal e B.1.8.1. Despesa de Pessoal, não restando configuradas irregularidades.
3	Número:	TC-024961.989.20-9
	Interessado:	Aldomir José Sanson
	Objeto:	Encaminha declaração de regularidade aos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, despesa total com pessoal e inscrição em restos a pagar.
	Procedência:	Subsidiou o item B.1.8. Análise dos limites e condições da lei de responsabilidade fiscal e B.1.8.1. Despesa de Pessoal, não restando configuradas irregularidades.

¹⁰ TC-010861.989.16-8.



H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Constatamos, no período, desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal, conforme consignado no item A.1.1. Controle Interno deste relatório.

No que se refere às recomendações e determinações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, com trânsito em julgado anterior ao período em apreço, verificamos que, no ano em exame, a Prefeitura descumpriu as seguintes:

Exercício 2016	TC 004283.989.16-8	DOE 22/06/2018	Data do Trânsito em julgado 22/11/2019
<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Observe todos os limites e restrições previstas para o último ano de mandato, constante na Lei Federal nº 9.504/1997 (vide item B.1.11.2.3. do presente relatório);- Adote medidas visando dar ao setor de Controle Interno atendimento pleno às suas funções institucionais, nos moldes dos artigos 31 e 74 da Constituição Federal (vide item A.1.1. do presente relatório); <p>Determinações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Adote medidas voltadas a sanear as inadequações constatadas em relação à gestão na área de educação pública do Município (vide item C.2. do presente relatório);- Apresente ações imediatas com vistas à melhoria da gestão da saúde municipal, procurando suprir rapidamente às inconformidades detectadas pela Fiscalização e IEGM (vide item D.2. do presente relatório);- Passe a contabilizar adequadamente a terceirização de atividade fim nos cálculos das despesas com pessoal (vide item B.1.8.1. do presente relatório);- Suspenda as contratações diretas (mão de obra terceirizada) e realize concursos públicos e processos seletivos para o preenchimento das funções e cargos inerentes às atividades de Estado (vide item B.1.8.1. do presente relatório).			

Exercício 2017	TC 006761.989.16-9	DOE 28/03/2019	Data do Trânsito em julgado 15/05/2019
<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Aprimore os procedimentos de controle interno, visando à efetividade de suas funções institucionais (vide item A.1.1. do presente relatório);- Avalie seu quadro de pessoal, sem perder de vista as disposições constitucionais aplicáveis à espécie (vide item B.1.9. do presente relatório);- Implemente efetivos procedimentos de controle no planejamento de políticas públicas, além de aprimorar as ações governamentais que incidam na avaliação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM (vide itens C.2., D.2., E.1. e F.1. do presente relatório).			



SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	5,46%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	6,99% ¹¹
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	PREJUDICADO ¹²
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	44,79% ¹³
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212, Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	25,39%
ENSINO - FUNDEB aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	99,21%
ENSINO - Recursos FUNDEB aplicados no exercício	99,21%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	SIM
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	32,82%

CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

A.1.1. CONTROLE INTERNO: Relatórios meramente informativos; ausência de verificação da efetividade de políticas públicas; função exercida por agente político, que, cumulativamente, ocupa cargo com escopo diverso, além de eventual conflito de interesses (reincidência);

B.1.5.1. PRECATÓRIOS A RECEBER: Falta de controle sobre a percepção de eventuais créditos;

¹¹ O Município realizou investimento (R\$ 12.999.415,37) correspondente a 6,99% da receita arrecadada total (R\$ 185.869.735,13).

¹² O Município não possui parcelamento ou reparcimento de débitos de encargos sociais.

¹³ Consideradas as despesas com profissionais da Saúde pagas a título de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, conforme item B.1.8.1. do presente laudo.



B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL: Gastos com autônomos não incluídos na rubrica adequada (reincidência);

B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS: Cargos em comissão desprovidos das características da espécie (reincidência);

B.1.9.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO: Contratações excessivas, sem apresentação de justificativas ou demonstração de excepcionalidade e transitoriedade (reincidência);

B.1.11.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS: Indevida criação de programa de fornecimento de transporte coletivo urbano gratuito no Município;

C.2. IEG-M – I-EDUC: Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

D.2. IEG-M – I-SAÚDE: Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

E.1. IEG-M – I-AMB: Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

F.1. IEG-M – I-CIDADE: Apontamentos diversos que denotam fragilidade de estrutura no setor;

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS: Potencial não atingimento de metas;

H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: Inobservância à Lei Orgânica, às Instruções, às Recomendações e às Determinações desta E. Corte.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-09.1 - Sorocaba, 15 de setembro de 2021.

Cristina Soto Cardia
Agente da Fiscalização